



Memória e repressão política: o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).¹

Pedro Ernesto Fagundes²

Em 1933, em âmbito federal, foi criada pela administração de Getúlio Vargas a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), órgão de abrangência federal, que colaborou na institucionalização de um *modus operandi* no que diz respeito à atuação da polícia política. Naquele contexto, a centralização administrativa do Estado brasileiro era vista como uma alternativa para superar a chamada “dívida republicana”, haja vista que a descentralização, marca da Primeira República (1889-1930), passou a ser identificada e indicada como principal fator do atraso do país.

Sendo assim, a ausência de políticas públicas do Estado nas áreas da saúde, educação, e segurança passa a ser indicada como fator fundamental da degradação, da falta de vitalidade, da doença, enfim, como responsável pelos vícios e desvios do conjunto da sociedade. A soma desses fatores teria como resultado a formação de um povo amorfo.

O caminho, ou “remédio”, indicado para o país seria o fortalecimento de sua organização nacional, principalmente de seu “cérebro”, representado pela figura do governo federal. Nesse sentido, segurança pública centralizada deveria transformar-se em espaço para controle, vigilância e repressão dos indivíduos considerados inimigos da ordem social e política. A estigmatização das manifestações populares – com destaque para as do meio operário – foi uma constante durante toda a Primeira República (1889-1930).

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES).

² Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGHIS - UFES). Doutor em História Social (UFRJ).



A partir dessa construção teórica surgiu um consenso em torno do papel do Estado como suporte contra a irracionalidade das “massas”. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os imigrantes europeus e os anarcossindicalistas, em especial, e a população pobre dos centros urbanos, de uma maneira generalizada, passaram a ser identificados como os alvos em potencial do aparato repressivo. (AQUINO, 2002:21).

Depois da chamada “Revolução de 1930”, houve um fortalecimento do poder público de repressão, em todos os níveis. Tanto que, nos primeiros anos da administração de Getúlio Vargas, além da criação do DESPS, surgiram inúmeras seções estaduais da polícia política. A preocupação com o aumento das tensões sociais no país foi o combustível para a ampliação do aparato repressivo. (REZNIK, 2004:107).

A segurança da ordem social e o receio em relação ao perigo representado pelos considerados “subversivos” foram fundamentais para a estruturação e burocratização da polícia política brasileira. A necessidade de construir um discurso unificado e articulado em variados locais do país foi um dos motivos que impulsionou a criação de órgãos de repressão em todas as regiões. Essa expansão de órgãos encarregados de investigar crimes contra o Estado motivou a criação ou reorganização de departamentos estaduais de polícia política em inúmeros estados.

A polícia política do Estado do Espírito Santo surgiu oficialmente em 27 de novembro de 1930, a partir da criação do cargo de delegado de Ordem Social, órgão subordinado à Delegacia Geral. A criação da polícia política capixaba foi uma das medidas adotadas durante os primeiros meses do governo provisório do interventor federal João Punaro Bley (1930-1935). O objetivo era reorganizar a estrutura jurídico-administrativa do Estado e equipar as instituições da área de segurança social, apesar de, originalmente, esse órgão não contar com muita estrutura.

Durante o governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), os reflexos da agitada conjuntura política nacional também foi reproduzida no Espírito Santo. Essa situação levou a polícia política local a ter, entre 1935 e 1937, o cargo de delegado de



Ordem Política e Social elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).

Esse órgão concentrou sua estrutura na vigilância, controle e repressão de indivíduos, grupos, partidos e organizações de caráter ideológico, com destaque para os militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nos arquivos do órgão – no momento em processo de organização no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) – é possível encontrar centenas de documentos sobre essas organizações.

Na década de 1950, já com a sigla DOPS, esse órgão sofreu ajustes administrativos. Entre os anos de 1964 a 1985, o DOPS/ES desempenhou papel essencial na vigilância e contenção de qualquer movimento contestatório ao poder estabelecido. (FAGUNDES, 2011:20).

Como é sabido, a partir da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, um amplo aparato repressivo começou a ser articulado em nível federal, com o surgimento de órgãos de repressão comandados diretamente pelas forças armadas. Nesse sentido, o DOPS/ES atuou em sintonia com os chamados “sistema de informação” e “sistema de segurança”. Pode-se dizer que a partir desse momento houve uma centralização das operações de repressão política em nível nacional.

No Estado do Espírito Santo, após a extinção do DOPS/ES, em meados da década de 1980, todo o material, inclusive as fichas e dossiês, foram levados para a sede da Polícia Federal. A extinção, de direito, da Polícia Política capixaba foi oficializada pela Lei estadual nº. 4.573, de 31 de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e homologada pelo governador Albuíno Azeredo (1991-1994). Essa lei determinou a transferência do conjunto documental para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

O acervo do DOPS/ES encontra-se sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que iniciou em dezembro de 2008 sua participação no Projeto “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”,



uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, coordenado pelo Arquivo Nacional. O projeto visa organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar em uma base de dados, por meio da internet, especialmente desenvolvida para o projeto, referências e a reprodução digital dos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Social e Política, sob a custódia de arquivos públicos no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). O APEES foi um dos primeiros signatários do projeto

O conjunto documental do acervo DOPS/ES é amplo e diversificado, constituído por: pedidos de busca, atestados de conduta ideológica, inquéritos policiais, dossiês, fotografias, jornais, panfletos e cartazes. A utilização desses documentos tem suscitado uma série de desafios metodológicos, sobretudo, por conta da origem traumática dessas fontes. Dessa feita, ainda que existam obstáculos legais relativos ao acesso a determinados acervos, a possibilidade de contato com os documentos dos antigos DOPS estaduais tem contribuído para preencher importantes páginas – que até o momento encontravam-se em branco – de nossa história.

QUADRO DE SÉRIES E SUBSÉRIES DO ACERVO DOPS/ES:

SÉRIE: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

Subsérie: Integralismo, Aliança Nacional Libertadora e Partido Comunista

SÉRIE: IMPRENSA, RADIODIFUSÃO E ATIVIDADES ARTÍSTICAS

SÉRIE: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Subsérie: Polícia

SÉRIE: INVESTIGAÇÕES

Subsérie: Dossiês Pessoais

SÉRIE: MOVIMENTO EDUCACIONAL

Subsérie: Encontros Nacionais de Estudantes

*Subsérie: Investigações do Movimento Educacional no Espírito Santo:
Professores, Estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico*

Subsérie: UFES



SÉRIE: MOVIMENTO GREVISTA

SÉRIE: MOVIMENTO SINDICAL E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

SÉRIE: MOVIMENTOS POLÍTICOS

SÉRIE: MOVIMENTOS RELIGIOSOS

REFERÊNCIAS:

AQUINO, M. Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: o anticomunismo – doença do aparato repressivo brasileiro**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2003. v. 3. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. (Org.) Vitória, ES: GM Editora, 2011.(Coleção Rumos da História)

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



9 de Julho e seus lugares de memória: O que vem sendo construído como a memória paulista da revolução de 1932

Thiago Silva Maciel*

O conceito “lugares de memória” foi mencionado por Pierre Nora em seu artigo “Entre Memória e História” (NORA, 1993) que faz um panorama do que é a Memória, aquela compartilhada através da oralidade e que esta ligada a lembrança e ao esquecimento, e a História que através de problemas do presente, remonta um passado através de documentação histórica para buscar uma nova versão de um fato ou evento histórico. A discussão entre Memória e História, principalmente dos “lugares de memória” são totalmente aplicáveis a questão da atual História do Estado de São Paulo, devido a construção Oficial (Governo), de Memória (Tradições, costumes e relatos) e da Historiografia produzida sobre o tema.

Problematizando as questões criadas quanto ao “Ser Paulista” temos algumas discussões públicas sobre o assunto, porém na maioria das vezes ele é abordado de forma restrita ou branda demais, o que dificulta que tenhamos alguma alteração considerável na atual consciência histórica de nossa sociedade, principalmente nesta questão da “Identidade Paulista” ou algo que chegue próximo a maioria da sociedade que vive a séculos em São Paulo, e não a pequenos grupos hegemônicos. Uma referência clara sobre esta “disputa pela memória” esta na memória da Revolução Constitucionalista de 1932.

Vale explicar que a Revolução Constitucionalista de 1932, ou Revolução Paulista, foi um movimento armado organizado pelos paulistas contra as imposições do governo de Getúlio Vargas. Nos jornais da época a disputa era colocada como São Paulo contra o restante do Brasil, o que de fato aconteceu, já que Getulio Vargas descolou várias tropas do exercito de vários locais do Brasil para que fosse contida a insurgência paulista. O ponto máximo do movimento foi dia 9 de julho de 1932, quando Pedro de Toledo declarou oficialmente o início do levante. 23 de maio foi o dia em que os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo foram mortos após o ataque contra



uma base da liga revolucionaria, grupo armado getulista. As duas datas são marcos para a memória paulista.

Uma das questões que devem ser lembradas é o processo histórico que o Brasil passara entre o final do século XIX até 1930. Vamos apontar a proclamação da república como alteração considerável da forma de estado, modificando algumas relações fundamentais como modo de produção vigente e as relações de trabalho.

É necessário lembrar que o negro na sociedade brasileira daquele período, apesar de ser maioria, não era considerado cidadão, e o racismo ainda era presente na sociedade. Este negro do pós-abolição, sem cidadania, é o começo de nosso processo de favelização, aonde temos a abolição da escravatura, porém não a inclusão dos negros abolidos na sociedade como cidadãos, sem cargos significativos de empregos e sem direito a propriedade privada, principalmente de moradia, sendo assim não compartilhando o mesmo espaço de moradia nos grandes centros das cidades e sim a subida a ocupação as margens das cidades, e que com tempo teremos uma camada não só de negros e sim de despossuídos e periféricos. A abolição apenas trouxe o fim do trabalho forçado e não assalariado, porém não concedeu a essas pessoas cidadania. Como se vive dentro de um processo democrático sem cidadania?

Sendo assim temos três camadas básicas na sociedade paulista durante a década de 1930: 1. Os grandes proprietários, a camada rica da sociedade, minoria da sociedade. 2. Uma Classe Média em formação, e a consolidação dos centros urbanos; alguns comerciantes e imigrantes começam a ter a oportunidade que os negros não tiveram a cidadania e a propriedade privada, naquele momento também ocupavam uma pequena fatia da população. 3. Os Negros que foram libertos pelo processo que desencadeou a Abolição. Com a miscigenação e com o passar dos anos serão os moradores das periferias que já existiam naquele período.

A questão de memória em um estado urbano de impulso comercial e de opulência como São Paulo tem dois lados para a historia o primeiro são os dos agentes deste processo, que são de extrema importância e são nossos principais norteadores de pesquisas e relatos de época, realmente essas pessoas merecem respeito e homenagens



pelos feitos de ontem, porém ainda não tem o devido quanto aos seus relatos, principalmente quanto a apropriação de suas memórias e o uso devido de seus relatos que exigem métodos para ter um sentido histórico.

O outro lado é a história redigida pelo governo, que visa a construção de monumentos para legitimar determinada herança e alusão de que os o alto escalão do poder tem como referencia determinado fato ocorrido no passado, normalmente são construídos monumentos para que se perpetue aquele fato e absorvido pelas gerações posteriores como fonte de memória, este segundo caso é conhecido como história oficial, e renega, na maioria das vezes o relato dos viventes e os métodos históricos, pois visa a perpetuação de uma visão da história, e não a pluralidade que a História exige, já que temos várias versões de um mesmo fato.

Esta discussão se interliga com a interpretação de (LE GOFF, 2003) em que discute a função dos monumentos. Utilizando este conceito e o aplicando ao contexto da revolução paulista, a referencia para analise da função do monumento é o Obelisco e as várias alusões que a ligam a Avenida 23 de maio, e as referências à data (9-7-32) que estão distribuídas nas metragens e altura do monumento, além das menções explicitas como as imagens dos combatentes, versos escritos no próprio monumento e também por ser o mausoléu dos combatentes da revolução de 1932.

A revolução paulista de 1932, como qualquer outro evento Histórico, tem várias versões. Os relatos orais, literatura e Historiografia paulista consolidou a revolução como heroica e principal motiva para que Getúlio Vargas tenha promulgado a constituição de 1934. Porém outras regiões do Brasil não viram tal movimentação como heroica ou para o bem comum do País, e sim como uma tentativa de separatismo. Esta é outra questão presente nos debates, principalmente quando chegamos próximo à data que se comemora a revolução, o nove de julho. As visões que contestam alguns pontos da revolução não são vistos com bons olhos em São Paulo da década de 30 e isso se mantem até o presente. Podemos citar claramente os Anarco-Sindicalistas que faziam movimentos contra a revolução paulista, mesmo sendo paulistas, foram esquecidos pela nossa historia, mas ainda estão presentes em algumas manchetes de jornais da época,

principalmente as duras penas que sofriam por não militarem pela causa paulista. A visão de separatismo, principalmente veiculada pelo Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, também é outra visão suprimida pela historia paulista. Nunca tenta-se aproximar as versões ou transforma-las em documentação, sempre são vistas como hostilidades contra os paulistas, como uma guerra eterna entre Estados, mas dessa vez sem armas e o que está em jogo é a Memória.



Imagem 1

O Monumento



Imagem 2

O Documento

Para LE GOFF (2003), o monumento tem uma função de conservar o passado ou de fundar ele se não existia, além de ser uma alusão oficial do que se deseja cultivar como ponto de partida para aquela sociedade. Os monumentos foram (e em alguns casos ainda são) utilizados como documentos históricos. O documento pode também ser um veículo de uma visão oficial, mas para o historiador o documento precisa ser organizado e posto em uma lógica de tempo e espaço com outros indícios para que faça sentido, sendo assim o principal objeto para a tentativa de reconstrução de uma nova versão de um fato já consolidado pela própria História. Sendo essa a principal diferença entre documento e monumento.



A memória da revolução constitucionalista é principalmente propagada de forma oficial pelo governo do estado de São Paulo. Coube a polícia militar do estado de São Paulo organizar os festejos e de certo ponto manter a “tradição paulista”. Os veteranos da guerra paulista são aposentados pela polícia militar, mas não recebem pensões com valores regulares, inclusive isso foi manchete de vários jornais a alguns a alguns mesesⁱ. Uma contradição, já que os combatentes são parte desta memória.

Estivemos presentes nas festividades pelo aniversário de 77 anos da revolução constitucionalista (2009), já tradicional em São Paulo e sempre organizado dentro do parque do Ibirapuera, como mencionamos organizado pela polícia militar no local que abriga o monumento construído em memória aos soldados constitucionalistas, o obelisco. O cenário que presenciamos por lá foi um tanto quanto pavoroso, para não militares. Mesmo tendo estudado os movimentos que estavam presentes na década de 30, como a Ação Integralista Brasileira, não poderíamos imaginar que tal movimento teria local privilegiado nas festividadesⁱⁱ, como uma oportunidade de promover sua ideologia e panfletar demonstrando que atualmente tentam a representatividade governamental por via democrática, e não mais como Plínio Salgado pensou um dia, com outra forma de Estado. Outros grupos como os Skinheads da Extrema Direita e os Carecas do Brasil também panfletavam suas ideologias Nacionalistas, e de apoio aos militares. Ficamos impressionados quando estudantes do curso de Geografia da USP chegaram com uma faixa “9 de Julho: Democracia?” e foram rapidamente impedidos de se manifestarem, quando cerca de 6 policiais militares rasgaram a faixa e “convidaram” os mesmos a se retirarem do local.



Imagem 3

Na revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº61, de Outubro de 2010, a capa tinha a seguinte chamada “Ameaça fascista? O Integralismo ontem e hoje”, um belo artigo sobre o integralismo com uma entrevista com o autor do Livro “Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30”, Hégio Trindade, em que ele é entrevistado e menciona a seguinte frase “Não creio que se possa falar a sério do retorno de um “integralismo organizado” exceto pela participação saudosista de alguns herdeiros da AIB.”. A grande questão que encontramos neste ponto de vista é o erro em acreditar que tais movimentações de extrema direita não devam ser levadas a sério, principalmente pelo seu comprometimento com a juventude, que são os responsáveis pela banca integralista presente nas comemorações do 9 de julho. Temos como exemplo claro o próprio governo do estado de São Paulo quanto ao seu posicionamento histórico, que não é somente saudosista e sim uma escolha política quando transforma uma “saudosista passeata” ou como é anunciado, um “desfile para a família”, em uma parada militar, e compactua, mesmo que veladamente com grupos de extrema direita que frequentam o evento, e permitiram que eles já façam parte do evento em todos os anos. Ou seja, em qualquer 9 de julho no obelisco, no Ibirapuera, você presenciará este cenário.



A construção do “Ser Paulista” precisa ser revisada pelo nosso atual governo, tal posicionamento compromete as discussões consideráveis por novas visões sobre certos monumentos construídos por nossa história. A tentativa da construção de uma História Paulista é tão manipulada que se torna “desinteressante” para grande parte da nossa população, ou além disso, uma cultura do ódio contra os não paulistas e invasores do espaço territorial daqueles que se enquadram, ou aqueles que são paulistas mas se negam a aceitar tal história. O “ser paulista” deve englobar toda a nossa pluralidade cultural, étnica e ser cosmopolita, como toda grande metrópole como São Paulo deve ser, e não apenas ser nos discursos públicos, e na prática aprofundar as diferenças.

Notas

*Graduado em História pela UNICASTELO. Pós graduando em História, Sociedade e Cultura (PUCSP). Membro do Grupo de Estudos do Integralismo.

i Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/07/oitenta-anos-apos-revolucao-de-1932-veteranos-recebem-r-450-por-mes.html>. Consultado em 17-01-2013

ii Uma contradição histórica, pois os Integralistas foram contra a revolução de 1932 pois até aquele momento compactuavam com os ideais varguistas. Na atualidade, como mencionamos as explicações e justificativas históricas mudaram, os integralistas agora compactuam com a memória da revolução paulista.

Referencias Bibliográficas

“Documento/Monumento” IN: LE GOFF, Jacques “Historia e Memória”. Campinas, SP: Editora Da Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. “Projeto Historia: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de Historia da PUC-SP”. São Paulo, SP – Brasil. Número 10. Dezembro de 1993.



Referencia das Imagens

Imagem 1: O belisco de São Paulo. Disponível em

http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo_monumentos_obelisco Consulta
03/12/12.

Imagem 2: Trincheira durante a Guerra Paulista: DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens
Construindo a História**. 2^a ed. Campinas: Unicamp, 1999.

Imagem 3: Faixa “Nove de Julho: Democracia? Festividades dos 77 anos da Revolução
de 1932.(São Paulo.2009) Arquivo Pessoal Thiago Silva Maciel.



Em quem deveria estar a “competência”?

Cairane Barros

"Competência é a capacidade ou habilidade que uma pessoa tem de resolver situações-problema" e o Currículo da SEESP enfatiza que isso se desenvolve no contexto das "disciplinas e respectivas metodologias para seu ensino e aprendizagem".

Os professores das redes municipal e estadual de ensino já estão bem a par desse discurso, porém o que deve ser perguntado é: será que é oferecido materiais necessários para que se possa realizar e desenvolver tal capacidade?

É mais que claro que, contextualizar os conteúdos de acordo com a realidade do aluno é extremamente importante, se não for imprescindível, afinal ao relacionar tais conteúdos com situações reais, vividas por eles, se tornará muito mais significativa a aprendizagem, eles entenderão o porquê e para quê se aprender determinado assunto.

Competência nada mais é que saber fazer algo num determinado contexto, envolvendo uma ação do sujeito, ou seja, esse aluno passa a ser agente ativo de sua aprendizagem, não fica mais apenas recebendo informações, ele tem que ser um pesquisador, crítico, leitor e escritor competente. Mas será que com o que os professores tem em mãos, conseguem dar conta completamente deste assunto? Deveria ser através do Currículo que o aluno deveria desenvolver o perfil citado, porém tal currículo parece não perceber nitidamente a situação real dos alunos, de nossa clientela. Como exigir que o aluno reflita sobre verbo, se não foi cobrado a ele que refletisse sobre pronome? Ou pior, como cobrar dessa criança/adolescente uma regência, se além de não estar com o cotidiano dele, ele nem se que consegue enxergar o porquê de se aprender aquilo?

Para que o objetivo seja alcançado, várias “mãos” tem que se mover, ou seja, não adianta o professor receber livros, apostilas, se não existe uma capacitação que guie este professor.



Portanto, cada professor terá que desenvolver e planejar suas aulas, não só de acordo com o currículo, mas com o perfil de cada sala, ter a sensibilidade de perceber o que é necessário naquele momento e adaptar.

É interessante que o professor tenha consciência que o aluno não é uma tabula rasa, que segundo Paulo Freire, o aluno traz conhecimentos pertinentes, mesmo que não pareçam aos olhos do professor.

Enfim, se o professor souber explorar bem o que o aluno traz consigo e o que ele é capaz, saber envolvê-lo na matéria, com a ajuda de um bom currículo, o processo ensino-aprendizagem se tornará de fato real.
